

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Herbert Victor Levy — *Presidente*
Luiz Fernando Ferreira Levy — *Vice-Presidente*

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Delacir Mazzini
Benjamin Constant Correa Junior

GAZETA MERCANTIL

Segunda-feira, 24 de outubro de 1994

DIRETORIA
Diretor-Presidente.
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Executivos
Dirceu Brisola
Henrique Alves de Araújo
José Ruy Alvarez Filho
Luiz Augusto de Castro

Página 4

As medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na semana passada podem ser interpretadas como preparo do terreno para as iniciativas que deverá tomar o futuro governo, logo nos seus primeiros meses. A falta de uma reforma fiscal-tributária, de uma reestruturação da Previdência Social e da modernização das relações entre o capital e o trabalho no Brasil, para ficar apenas nas questões mais prementes, os responsáveis pela política econômica sentiram a necessidade de agir rapidamente para evitar um impulso à inflação via demanda, que tudo complicaria mais adiante.

A parte do pacote diretamente voltada para a contenção do consumo não foi elaborada de afogadilho. Como se verificou, o governo já chegara, há algum tempo, a um diagnóstico. Havia concordância entre os técnicos de que, não podendo ser alterado agora o sistema de indexação dos salários nas datas-base de cada categoria e em vista da tendência de um número considerável de empresas de ajustar suas folhas de pagamento pelos índices da inflação passada, seria ne-

cessário impor uma disciplina nas compras a prazo.

Mas o aperto direto sobre o consumidor constituiu apenas o intróito. Na quinta-feira da semana passada, o Banco Central (BC) instituiu um depósito compulsório de 15% sobre qualquer nova operação feita a partir do dia seguinte, provocando, de imediato, uma elevação dos juros. Como é praticamente impossível para a maioria das empresas não renovar um volume substancial dos empréstimos tomados anteriormente, o encarecimento dos juros atuará como uma ducha fria sobre aquelas que vinham confiando demasiadamente na expansão do consumo.

Uma parte da demanda deverá ser forçosamente suprida por importações, favorecidas, aliás, pela valorização do real, embora o processo de aquisição no exterior de bens finais ou de matérias-primas se tenha mostrado mais burocrático ainda do que se imagina-

Clara sinalização Econômica.

va, não tendo produzido ainda os efeitos esperados. Deve-se notar, a propósito, que, se as importações devem continuar aumentando, isso não significa que o governo tencione inibir investimentos no próprio País.

Tanto assim que o investimento direto (capital de risco), orientado para o setor produtivo, foi preservado das restrições impostas ao ingresso de recursos externos. De acordo com a mesma lógica das restrições ao consumo, o governo só procurou deter, através de maior taxaçaõ e alongamento de prazos de permanência no País, o fluxo de capitais externos para aplicações financeiras, que proporcionavam elevada rentabilidade e vinham agravando as dificuldades de administração da política monetária.

De permeio, foram corrigidas notórias distorções que ocorriam no mercado cambial. O CMN acabou definitivamente com o ACC "vazio" ou "careca", o chamado mercado de

"performance", no qual exportações contratadas por exportadores de verdade eram "vendidas" para exportadores de fachada.

Acabaram também as operações de assunção de dívida e refinanciamento de importações, que possibilitavam a importadores matreiramente escapar de comprar dólares para quitar operações contratadas. Através daquele mecanismo, os próprios bancos assumiam a dívida do importador, comprometendo-se a pagar o exportador estrangeiro com linhas de crédito que conseguiam lá fora a um custo bem mais baixo do que aqui.

Não se poderia dizer, portanto, que o governo se limitou a ajustar conjunturalmente o mercado. Algumas das resoluções do CMN têm um sentido de permanência, uma vez que as autoridades não podem admitir movimentos especulativos que possam vir a minar a credibilidade do Plano Real. É previsível que a equipe econômica venha a adotar novas medidas, seja para dar mais consistência às já tomadas, seja para corrigir eventuais distorções. Para o mercado, a sinalização não poderia ser mais clara.